

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

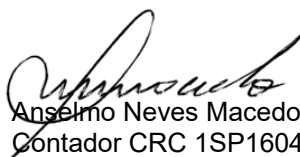


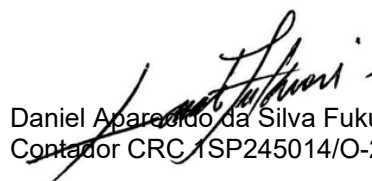
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6


Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Balanços patrimoniais ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	3.922	2.473
Concessionárias e Permissionárias	4	986	1.042
Serviços em Curso		31	3
Tributos Compensáveis		165	236
Investimentos Temporários	6.2	1.175	1.200
Despesas Pagas Antecipadamente		2	-
Outros Ativos Circulantes		130	105
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	69	42
Depósitos Judiciais e Cauções		2.075	1.248
Imobilizado	5.1	69.023	70.917
Intangível	5.2	62	76
Total do Ativo		<u>77.640</u>	<u>77.342</u>
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		416	464
Empréstimos e Financiamentos	6.1	3.261	3.251
Obrigações Sociais e Trabalhistas		136	96
Tributos		133	179
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		2.581	2.473
Encargos Setoriais		449	567
Outros Passivos Circulantes		529	300
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Empréstimos e Financiamentos	6.1	19.420	22.459
Provisão para Litígios	7	90	90
Outros Passivos Não Circulantes		164	263
Total do Passivo		<u>27.179</u>	<u>30.142</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.1	50.345	50.345
Reservas de Lucros	8.2	116	(3.145)
Total do Patrimônio Líquido		<u>50.461</u>	<u>47.200</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>77.640</u>	<u>77.342</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	13.221	12.621
(-) Parcela Variável	9	(212)	(1.080)
Tributos			
PIS-PASEP		(85)	(73)
Cofins		(390)	(339)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(121)	(105)
Reserva Global de Reversão - RGR		(338)	(294)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(52)	(45)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		12.023	10.685
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		12.023	10.685
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	10	(522)	(229)
Material		(13)	(63)
Serviços de Terceiros		(1.169)	(1.424)
Arrendamento e Aluguéis		(38)	26
Seguros		(18)	(17)
Doações, Contribuições e Subvenções		(13)	(13)
Provisões		-	(90)
Tributos		(15)	(12)
Depreciação e Amortização		(2.551)	(2.550)
Outras Despesas Operacionais		-	(1)
Resultado da Atividade		7.684	6.312
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(1.720)	(1.975)
Receitas Financeiras		381	458
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		6.345	4.795
Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(503)	(485)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		5.842	4.310
Resultado Líquido do Exercício		5.842	4.310
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		5.842	4.310
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430	0,085897
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430	0,085897
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430	0,085897
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430	0,085897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do Exercício	5.842	4.310
Outros Resultados Abrangentes		
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	5.842	4.310
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	5.842	4.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	47.345	(4.982)	-	42.363
Aumento de Capital Social	3.000	-	-	3.000
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.310	4.310
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	521	(521)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(2.473)	(2.473)
Reserva para Investimentos	-	1.316	(1.316)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	50.345	(3.145)	-	47.200
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.842	5.842
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	543	(543)	-
Dividendos	-	-	(2.581)	(2.581)
Reserva para Investimentos	-	2.718	(2.718)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	50.345	116	-	50.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		5.842	4.310
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		16	16
Depreciação		2.535	2.534
Imposto de Renda e Contribuição Social		503	485
Juros e Variações Monetárias		1.649	1.910
Provisões para Litígios		-	90
Outros		(110)	(148)
		10.435	9.197
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		31	(88)
Depósitos Vinculados a Litígios		(827)	(1.220)
Imposto de Renda e Contribuição Social		55	34
Tributos Compensáveis		19	-
Outros		(55)	(16)
		(777)	(1.290)
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(125)	(160)
Fornecedores Setoriais		(48)	(1.761)
Salários e Encargos Sociais		40	(1)
Tributos e Contribuição Social		(135)	(111)
Outros		116	(207)
		(152)	(2.240)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(1.467)	(1.620)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(414)	(389)
		7.625	3.658
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos		132	176
Imobilizado	5.1	(640)	(2.128)
Intangível	5.2	(2)	-
Títulos e Valores Mobiliários Resgatados (Adquiridos)		-	(19)
		(510)	(1.971)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos Pagos		(3.193)	(3.173)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(2.473)	(2.668)
Integralização de Capital		-	3.000
		(5.666)	(2.841)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.449	(1.154)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		2.473	3.627
No fim do exercício		3.922	2.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ESDE”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis

Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 13, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

- **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores, empréstimos e financiamentos como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.
- **Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**
O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.
- **Diferidos**
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRICAÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	986	4	14	9	42	1.055	1.084
TOTAL	986	4	14	9	42	1.055	1.084

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	75.845	-	75.845	-	(11.680)	64.165	66.699
Terrenos	152	-	152	-	-	152	152
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.952	-	4.952	-	(810)	4.142	4.309
Máquinas e Equipamentos	70.736	-	70.736	-	(10.868)	59.868	62.234
Móveis e Utensílios	5	-	5	-	(2)	3	4
Subtotal	75.845	-	75.845	-	(11.680)	64.165	66.699
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	4.192	640	4.832	640	-	4.832	4.192
Máquinas e Equipamentos	105	95	200	95	-	200	105
Outros	4.087	545	4.632	545	-	4.632	4.087
Administração	26	-	26	-	-	26	26
Máquinas e Equipamentos	26	-	26	-	-	26	26
Subtotal	4.218	640	4.858	640	-	4.858	4.218
Total do Ativo Imobilizado	80.063	640	80.703	640	(11.680)	69.023	70.917

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	57	-	-	57	(20)	37	41
Servidões	36	-	-	36	-	36	36
Softwares	21	-	-	21	(20)	1	5
Administração	58	-	1	59	(39)	20	31
Softwares	40	-	1	41	(24)	17	24
Outros	18	-	-	18	(15)	3	7
Subtotal	115	-	1	116	(59)	57	72
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	-	2	-	2	-	2	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	2	-	2	-	2	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	4	-	(1)	3	-	3	4
Softwares	4	-	4	8	-	8	4
Outros	-	-	(5)	(5)	-	(5)	-
Subtotal	4	2	(1)	5	-	5	4
Total do Ativo Intangível	119	2	-	121	(59)	62	76

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,34%	75.845	(11.680)	64.165	66.699
Custo Histórico	3,34%	75.845	(11.680)	64.165	66.699
		75.845	(11.680)	64.165	66.699
Em Curso					
Transmissão	-	4.832	-	4.832	4.192
Administração	0,00%	26	-	26	26
		4.858	-	4.858	4.218
		80.703	(11.680)	69.023	70.917

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	95	95
Móveis e Utensílios	2	2
A Ratear	6	6
Material em Depósito	537	537
Total das Adições	640	640

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>em R\$ mil</u>
1. Melhoria do RM TOTVS	1

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																	2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	60	3.201	19.420	22.681												3.241	3.265	3.289	2.917	1.744	4.964	19.420
2.1	BNDES - PRINCIPAL SUB A	52	1.618	13.484	15.154	Sim	26-dez-12	Não há	TJLP	TJLP + 2,08% aa	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/04/2027	Mensal	SAC	1.658	1.682	1.706	1.730	1.744	4.964	13.484
2.2	BNDES - FINAME	8	1.583	5.936	7.527	Sim	26-dez-12	Não há	-	2,50% aa	15/01/2018	Mensal	15/01/2018	15/09/2022	Mensal	SAC	1.583	1.583	1.583	1.187	-	-	5.936
8	Total por Dívida	60	3.201	19.420	22.681												3.241	3.265	3.289	2.917	1.744	4.964	19.420
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	60	3.201	19.420	22.681												3.241	3.265	3.289	2.917	1.744	4.964	19.420

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	5.097	5.097
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	5.097	5.097
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	14	14
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	5.083	5.083

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	(+) Dívida Bruta	60	3.201	19.420	22.681	25.710
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	60	3.201	19.420	22.681	25.710
12	(-) Ativos Financeiros	-	(5.097)	-	(5.097)	(3.673)
12.1	Alta Liquidez	-	(5.097)	-	(5.097)	(3.673)
13	(+) Dívida Líquida I	60	(1.896)	19.420	17.584	22.037
15	(+) Dívida Líquida II	60	(1.896)	19.420	17.584	22.037

7 Provisão para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2016	90	90
Saldos em 31/12/2017	90	90
Não Circulante	90	90

8 Patrimônio Líquido

8.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 50.345, representado por 50.176.097 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	50.176	100,00	50.176	100,00
Membros do Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
	50.176	100,00	50.176	100,00

8.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	2.763	2.220
Outras	(2.647)	(5.365)
	116	(3.145)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2015, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

9 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	13.009	11.541
Total	13.009	11.541

10 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	522	229
Remuneração	277	132
Encargos	89	47
Assistência médica	30	8
Despesas rescisórias	21	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	63	18
Outros	41	24
Total	522	229

11 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	13.033	13.033	11.541	11.541
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.043	1.564	923	1.385
Receitas financeiras	381	381	458	458
Base de cálculo	1.424	1.945	1.381	1.843
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	332	175	320	165
Outros	(4)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	328	175	320	165

12 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	3.922	-	3.922	2.473	-	2.473
Concessionárias e Permissionárias	4	986	(986)	-	1.042	(1.042)	-
Serviços em Curso		31	-	31	3	-	3
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	14.165	14.165	-	13.992	13.992
Tributos Compensáveis		165	-	165	236	-	236
Investimentos Temporários		1.175	-	1.175	1.200	-	1.200
Despesas Pagas Antecipadamente		2	-	2	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		130	-	130	105	-	105
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	69	(69)	-	42	(42)	-
Depósitos Judiciais e Cauções		2.075	-	2.075	1.248	-	1.248
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	93.170	93.170	-	90.276	90.276
Outros Ativos Não Circulantes		-	18	18	-	18	18
Imobilizado	5.1	69.023	(68.997)	26	70.917	(70.891)	26
Intangível	5.2	62	(39)	23	76	(41)	35
Total do Ativo		77.640	37.262	114.902	77.342	32.270	109.612

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	416	-	416	464	-	464
Empréstimos e Financiamentos	6.1	3.261	-	3.261	-	3.251
Obrigações Sociais e Trabalhistas		136	-	136	-	96
Tributos		133	-	133	-	179
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		2.581	-	2.473	-	2.473
Encargos Setoriais		449	-	567	-	567
Outros Passivos Circulantes		529	(522)	300	(290)	10
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Empréstimos e Financiamentos	6.1	19.420	-	19.420	-	22.459
Provisão para Litígios	7	90	-	90	-	90
Tributos Diferidos		-	3.295	-	3.195	3.195
Outros Passivos Não Circulantes		164	(164)	263	(263)	-
Total do Passivo		27.179	2.609	29.788	30.142	32.784
Patrimônio Líquido						
Capital Social	8.1	50.345	-	50.345	-	50.345
Reservas de Lucros	8.2	116	34.653	34.769	(3.145)	29.628
Total do Patrimônio Líquido		50.461	34.653	85.114	47.200	76.828
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		77.640	37.262	114.902	77.342	109.612

ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017

Notas	31/12/2017			31/12/2016				
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário		
Operações em Continuidade								
Receita / Ingresso								
	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	9	13.221	(13.221)	-	12.621	(12.621)	-
	Receita de Operação e Manutenção		-	2.493	2.493	-	2.159	2.159
	Receita de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	1.704	1.704
	Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	13.957	13.957	-	14.633	14.633
	(-) Parcela Variável	9	(212)	-	(212)	(1.080)	-	(1.080)
Tributos								
	PIS-PASEP		(85)	-	(85)	(73)	-	(73)
	Cofins		(390)	-	(390)	(339)	-	(339)
Encargos - Parcela "A"								
	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(121)	-	(121)	(105)	-	(105)
	Reserva Global de Reversão - RGR		(338)	-	(338)	(294)	-	(294)
	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(52)	-	(52)	(45)	-	(45)
Receita Líquida / Ingresso Líquido								
			12.023	3.229	15.252	10.685	5.875	16.560
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis								
			12.023	3.229	15.252	10.685	5.875	16.560
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"								
	Pessoal e Administradores	10	(522)	-	(522)	(229)	-	(229)
	Material		(13)	(643)	(656)	(63)	(423)	(486)
	Serviços de Terceiros		(1.169)	-	(1.169)	(1.424)	-	(1.424)
	Arrendamento e Aluguéis		(38)	-	(38)	26	-	26
	Seguros		(18)	-	(18)	(17)	-	(17)
	Doações, Contribuições e Subvenções		(13)	-	(13)	(13)	-	(13)
	Provisões		-	-	-	(90)	-	(90)
	Tributos		(15)	-	(15)	(12)	-	(12)
	Depreciação e Amortização		(2.551)	2.539	(12)	(2.550)	2.538	(12)
	Outras Despesas Operacionais		-	-	-	(1)	-	(1)
	Custo de Implantação de Infraestrutura		-	-	-	-	(1.704)	(1.704)
Resultado da Atividade			7.684	5.125	12.809	6.312	6.286	12.598
Resultado Financeiro								
	Despesas Financeiras		(1.720)	-	(1.720)	(1.975)	-	(1.975)
	Receitas Financeiras		381	-	381	458	-	458
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro			6.345	5.125	11.470	4.795	6.286	11.081
	Despesa com Impostos sobre o Lucro	11	(603)	(100)	(603)	(485)	(183)	(668)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade			5.842	5.025	10.867	4.310	6.103	10.413
Resultado Líquido do Exercício								
Atribuível Aos:								
	Acionistas Controladores		5.842	5.025	10.867	4.310	6.103	10.413
Lucro Por Ação								
	Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430		0,216577	0,085897		0,207529
	Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430		0,216577	0,085897		0,207529
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade								
	Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430		0,216577	0,085897		0,207529
	Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,116430		0,216577	0,085897		0,207529

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

13.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do

nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

13.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

13.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

13.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

13.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

13.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

13.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	85.114	76.828
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(37.948)	(32.823)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	3.295	3.195
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	50.461	47.200

13.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	10.867	10.413
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(5.125)	(6.286)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	100	183
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	5.842	4.310